

OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL NO CONTEXTO ECONÔMICO GUINEENSE

Geraldinho Có¹

Luís Miguel Dias Caetano - Professor Orientador²

RESUMO

Entre 1973 e 1981, período que compreende a independência do país e o advento do mercantilismo, a economia guineense conheceu dois principais programas de desenvolvimento: O Plano Nacional de Desenvolvimento e o Programa de Estabilização e Ajustamento Estrutural. O primeiro foi instituído logo após a independência do país em 1973, no quadro de execução das políticas desenvolvimentistas cuja base se conecta à política socialista que pregava “fim da exploração do homem pelo homem”. O segundo foi uma política de viés capitalista desenvolvida pelo FMI - Fundo Monetário Internacional e BM - Banco Mundial para fornecer empréstimos aos países em crise econômica, requisitando-lhes a implementação do sistema político e modelo econômico para lógica do mercado, limitando o papel central do Estado. Assim, vários programas de desenvolvimento foram criados e aplicados no país sem muitos sucessos. Visto que, durante sua implementação, foi possível distinguir falhanços e ineficiência na aplicação e acompanhamento de modelos econômicos adotados antes e após a formação do Estado guineense. Por isso objetiva-se com essa pesquisa, analisar os desafios da conjuntura macroeconômica da Guiné-Bissau a partir dos preceitos de desenvolvimento econômico da Transformação Estrutural. Nesse sentido, adotou-se para realização desta pesquisa, a metodologia da natureza básica pura, tipo descritiva, a abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica. Com efeito, a pesquisa revelou que a cíclica instabilidade política governativa não permite implementar os planos de desenvolvimento e dificulta o investimento público para atrair receitas do Estado guineense.

Palavras-Chaves: Economia; Estado; Guiné-Bissau; Transformação Estrutural.

ABSTRACT

Between 1973 and 1981, the period that includes the country's independence and the advent of mercantilism, the Guinean economy experienced two main development programs: the National Development Plan and the Stabilization and Structural Adjustment Program. The first was instituted shortly after the country's independence in 1973, as part of the implementation of developmental policies whose base is connected to the socialist policy that preached "the end of the exploitation of man by man". The second was a capitalist-biased policy developed by the IMF - International Monetary Fund and BM - World Bank to provide loans to countries in economic crisis, requiring them to implement the political system and economic model for market logic, limiting the central role of the State. Thus, several development programs were created and applied in the country without much success. Since, during its implementation, it was possible to distinguish failures and inefficiency in the

¹ Graduando em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. e-mail: cogeraldo@yahoo.com

² Licenciado em Gestão de Empresas, Mestre em Comportamento Organizacional, Doutor em Educação e Pós-Doutor em Ensino. Docente no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, atuando no Curso de Administração Pública, nas áreas de Relações Internacionais, Comportamento Organizacional, Inovação e Criatividade. e-mail: migueldias@unilab.edu.br

application and monitoring of economic models adopted before and after the formation of the Guinean State. Therefore, the aim of this research is to analyze the challenges of the macroeconomic situation in Guinea-Bissau based on the precepts of economic development of the Structural Transformation. In this sense, it was adopted to carry out this research, the methodology of pure basic nature, descriptive type, qualitative approach and bibliographical research. Indeed, the research revealed that the cyclical political instability of the government does not allow the implementation of development plans and makes public investment difficult to attract revenues from the Guinean State.

Keywords: Economy; State; Guinea Bissau; Structural Transformation.

1. INTRODUÇÃO

Após a dominação colonial, vários países de África, senão todos sofreram e ainda sofrem uma forte dependência de seus ex-colonos. Os africanos têm adotado e introduzido nos sistemas de governação os modos de prover valores sociais, econômicos e culturais baseadas nas razões fundantes da sua exploração, resultado da forte violência estrutural historicamente disseminada. Por isso, o ano de 1980 a 1990, foi um período que marcou a história contemporânea das economias africanas. Partindo do pressuposto de que a presença dos europeus na África continuou, mesmo agora não sendo de maneira física, a lógica da estrutura e funcionamento da sociedade africana em geral, depende muito do “processo civilizatório”³ ocidental. A política africana particularmente guineense, sobre a realidade histórica, econômica, social e cultural, nesse aspecto, reproduz uma série de fatores de conotações possíveis ao regime colonial.

De acordo com Deolinda Alberto (1988) até à década de 60, o território da Guiné-Bissau⁴ conseguia autosuficiência alimentar garantindo as produções de arroz, milho e mandioca, que constituíam a base da dieta alimentar. O início da luta armada de libertação nacional, foi um marco histórico da degradação da economia guineense, senão, epicentro das falhas que moveram os primeiros governos após a independência mergulharem numa autêntica crise, por não conseguirem assegurar adequadamente o ritmo da produção agrícola.

Como vários países africanos, a Guiné-Bissau enfrenta um conjunto de problemas relacionados à produtividade, a falta de indústrias transformadoras, escassez dos recursos financeiros, elevada taxa de dívidas externas e excessivo déficit na balança comercial, faltas de políticas ambiciosas de distribuição de renda com finalidade de combater a pobreza e

³ O processo civilizador é a operação de transmissão de uma cultura que faz com que as regras e normas sociais, num determinado momento de origem externa, se inscrevam no indivíduo e passem a operar sob a forma de autocontrole. (Costa & Endo, 2014)

⁴ Ex-Colônia Portuguesa, Independente em 24 de setembro de 1973. Situado na costa ocidental da África. Faz fronteira, a norte, com o Senegal, a leste e sudeste com a Guiné-Conakri e a sul e oeste com o Oceano Atlântico.

desigualdade presentes e, ausência de incentivo aos pequenos empreendimentos, tanto quanto um projeto social de inclusão (educação, saúde, saneamento básico, cultura, etc.), sobretudo nas comunidades rurais tradicionais de várias regiões do país.

Dada a situação de degradação da política econômica em que se encontra a economia guineense após Programa de Estabilização e Ajustamento Estrutural desenvolvido pelo FMI e Banco Mundial e o Plano Nacional de Desenvolvimento criado pelas autoridades governativas no período do partido único, entre outros programas já visto, o país enfrenta enormes contingentes de desafios estruturais, no que tange ao planejamento da economia. Desde financiamento dos seus projetos de desenvolvimento, independência de ajuda externa, até mesmo reestruturação de suas bases econômicas e políticas.

Diante disso, atualmente a realidade econômica dos guineenses apresenta-se totalmente diferente da de 30 anos atrás. O constante desgaste de capacidades governativas fez o país estar atrasado em quase tudo que refere o desenvolvimento ao longo período. As dificuldades ainda continuam presentes para a população. Os desafios em todos os índices de desenvolvimento: humano, econômico, social, educacional, emprego, saúde, etc. A qualidade de vida continuou sendo num nível baixo. Desse modo, os problemas que a Guiné-Bissau apresenta em termos estratégicos para seu desenvolvimento, mais do que o Programa de Ajustamento estrutural, o país precisa da Transformação Estrutural. No segundo caso é que se encontram respostas para o seu desenvolvimento, mediante criação de indústrias para gerar empregos com investimentos precisos no agronegócio e melhorar a forma de produzir e distribuir riquezas com criação de políticas sociais de inclusão.

As políticas de desenvolvimento na Guiné-Bissau podem ser apresentadas a partir desse marco estratégico: iniciativa do Poder Político Local e da Organização Internacional. Foi iniciada em diferentes momentos a preocupação de uso de algumas ferramentas de gestão como; Planos Estratégicos, Projetos políticos e Programas de desenvolvimentos. Segundo Nunes (2005), no ano 1983, a Guiné-Bissau elaborou o seu primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento para (1983-1986), e foi implementado simultaneamente com o Programa de Estabilização Económica e Financeira e Programa de Ajustamento Estrutural (1981) elaborado pelo FMI e o BM. Entretanto, os programas mencionados acima desempenharam um papel substancial dentro da dinâmica de desenvolvimento na Guiné-Bissau.

De acordo com Sangreman (2016), Alberto (1988) e Cardoso (1995), na Guiné-Bissau, a dinâmica econômica de três últimas décadas após o Programa de Ajustamento Estrutural nos anos 80 e muitos outros programas desenvolvidas, caracteriza-se pela redução significativa da presença do Estado em regulamentar o mercado, para abertura

da economia. Nesse sentido, os fluxos comerciais externos e investimento estrangeiro, assim, começou a crescer significativamente por razões de circulação de capital dos países mais desenvolvidos e das empresas multinacionais. A consequência de tudo isso, foi a entrada da Guiné-Bissau nos vários blocos comerciais, entre os quais: a União Económica e Monetária do Oeste Africana - UEMOA⁵.

Perante a situação económica na Guiné-Bissau, que vicia o setor público de excessiva dependência externa, a capacidade de produção, de distribuição e de oferta transferiu-se para o estrangeiro, devido ao fracasso das primeiras medidas de políticas económicas e dos modelos adotadas ao longo de duas primeiras décadas após a independência em 1973, e durante o liberalismo económico nos anos 80. O setor produtivo local, que já estava descapitalizado, se viu piorar ainda mais com a intervenção das entidades económicas estrangeiras.

Portanto, estas entre outras problemáticas acima referida levam aos seguintes questionamentos: De que forma uma economia dependente com estruturas precárias que não fundamentam basicamente os problemas sociais e económicos do país pode projetar o seu desenvolvimento? Em que medida as atividades económicas da Guiné-Bissau, em todos os domínios (agricultura, indústria, pesca, serviços etc.) têm contribuído para o crescimento do PIB e da renda populacional guineense?

O objetivo desta pesquisa é analisar a conjuntura macroeconómica da Guiné-Bissau a partir dos preceitos de desenvolvimento económico da Transformação Estrutural. Nela foi adotado a metodologia da natureza básica pura tipo descritiva, a abordagem qualitativa e o procedimento técnico de pesquisa bibliográfica.

Este trabalho está dividido em duas seções: A primeira: debates conceituais sobre a transformação estrutural. Visa apresentar nela, um panorama geral sobre conceito e debates de transformação estrutural. E também apresentar suas características e seu contexto de surgimento. A Segunda: os desafios da transformação estrutural na Guiné-Bissau. Pretende-se com essa seção, apresentar a economia guineense, seu enquadramento macroeconómico e analisar seus desafios com a transformação estrutural.

2. DEBATES CONCEITUAIS DA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

Segundo Lopes e Kararach (2020), o conceito de transformação estrutural evoluiu ao longo do tempo. Existem literaturas sobre transformação estrutural que podem ser rastreadas

⁵ Uma organização económica regional, criada no dia 10 de janeiro de 1994. Na qual fazem parte oito países: Benin, Burkina Faso, Cote d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.

até os anos 1950 e 1960 e baseiam-se em grande parte na experiência de países do Ocidente. A grande realidade dessas transformações situam-se no nível de desenvolvimento dos países ocidentais em relação, principalmente, a alguns países da África, Ásia e da América Latina. A transformação estrutural enquanto conceito econômico, entende-se como processo de realocação de forças de trabalho entre os setores de uma economia (Lopes, 2020).

Entre os grandes textos conhecidos na literatura sobre transformação estrutural, destacam-se: A produção de Kuznets (1973), a obra de Lewis (1954), Baumol (1967), Stiglitz (2002), Timmer e Akkus, (2008), Lin e Monga (2012), Lopes e Kararach (2020).

A produção de Kuznets (1973), analisa o crescimento econômico moderno, apontando algumas características principais na base do produto e componentes que compreende sua cadeia produtiva, e a força de trabalho. Kuznets é vista em primeira mão, como autor que procurou relacionar a desigualdade de renda e crescimento econômico. O seu estudo a respeito do impacto do crescimento econômico sobre a desigualdade de renda despertou grandes interesse nos estudos atuais sobre crescimento econômico. Relativamente à transformação estrutural, Kuznets defende a industrialização e modernização da produção como instrumentos necessários para serem mensurados nos modos de produzir e gerar rendimentos e empregos para a população.

Conhece-se, entretanto, a obra de Lewis (1954), que explica como Adam Smith e Karl Marx, na tradição clássica, argumentaram que existe a oferta limitada dentro de salários de trabalho de subsistência. Explicando por isso, que tal existência deve-se ao fator de acúmulo de Capital que impulsiona a distribuição da renda. Por sua vez, ainda afirma que: Os sistemas clássicos decorrem determinados e simultaneamente pela distribuição e crescimento da renda, com os preços relativos dos commodities como um subproduto menor. (Lewis, 1954, p. 01)

Stiglitz (2002), no livro, A II Revolução da Política Industrial, salientou a forma como as escolas estruturalistas têm aparecido na relação entre desenvolvimento econômico e a mudança estrutural, com propósito de analisar como a indústria pode participar para geral os efeitos colaterais no valor agregado total numa dinâmica que procede e retrocede as externalidades tecnológicas, que por sua vez aceleram a acumulação de capital de uma maneira contínua para surgimento das novas indústrias e mais dinâmicas setoriais com maiores taxas de crescimento da demanda criarem oportunidades para mudança técnica. Na perspectiva do autor, “as capacidades tecnológicas são o motor na raiz dessas transformações: são a base para expansão da produção e emprego nos níveis de empresa, setor e indústria, e a construção de capacidades requer um processo contínuo de aprendizagem”. (Stiglitz, 2002, p. 73)

Baumol (1967), um outro autor, versa sobre forças econômicas poderosas que rompe diversas barreiras para sua superação, neste caso as forças de oferta e da demanda, que se encontram sob um conjunto amplo de instrumentos medievais para abolir a usura e tentativas contemporâneas de controlar o preço. Baumol acredita que os mecanismos de controle medieval não foram capazes de imprimir seu caráter do futuro, ou seja, limitou-se dentro da dinâmica contemporânea dos preços e não conseguiu sequer conter a demanda e oferta. Nisso, segundo ele, foi compreendido “os papéis prospectivos de uma ampla variedade dos serviços econômicos: governo municipal, educação, formação de artes, restaurantes e atividades de lazer”. (Baumol, 1967, p. 02)

Para Lopes (2020), a transformação estrutural tem que ser acompanhada de um protagonismo estatal, ativamente, que deve pautar-se pelas capacidades de desenvolver políticas inclusivas num contexto de defasagem dos modelos antigos da economia. A grande preocupação tem que ser: melhorar condições de produção e adaptá-lo ao novo paradigma de desenvolvimento socioeconômico. No entanto, “para que aconteça transformação estrutural, é preciso políticas proativas e fortes estímulos por parte das instituições do estado, a par da capacidade estratégica”. (Lopes, p. 94)

Timmer, citado por Lopes, interpretou o conceito da transformação estrutural, como

um processo caracterizado pelo declínio da percentagem da agricultura no PIB e no emprego; pelas migrações das áreas rurais para zonas urbanas que estimula o processo de urbanização pela expansão da indústria moderna e economia de serviços; e pela transição demográfica de taxas altas para baixas, tanto de natalidade quanto de mortalidade. (Timmer, 1986 apud Lopes, 2020, p.93)

Segundo Rostow, citado por Lopes & Kararach, o desenvolvimento ocorre na forma de acumulação de capital no setor industrial de alta produtividade apoiado por a migração do trabalho de subsistência de baixa produtividade de setores”. (Rostow, 1960; Lopes & Kararach, 2020). Nessa perspectiva, o nível de produtividade do setor agrário deve se deslocar de produção meramente de consumo para escala industrial.

A diversificação dos setores da economia com a produção industrial, remete a condição sócio-histórica de como o sistema de produção está em constante mudança. Falta de atenção a esse fato pode gerar desequilíbrio para os estados onde as reformas estruturantes não estão presentes. Portanto, a diversificação tende a privilegiar certas mudanças necessárias no entendimento geral de cada região. No processo, os países podem se engajar em ampla modernização e diversificação industrial, gerar empregos e ser capaz de aumentar substancialmente os rendimentos.(Gerschenkron, 1962 & Kuznets, 1966 Apud Lopes, 2021)

O ritmo desacelerado de diversas economias, principalmente dos países em desenvolvimento, demonstra, como o declínio da produção pode impactar no nível da pobreza e desigualdade entre classes da sociedade. O relançamento de produções dessas economias, tende a ser pela transformação estrutural. Historicamente, a redução da pobreza esteve associada essencialmente com a transformação estrutural profunda de uma economia, por ser “um processo que implica uma realocação de atividades econômicas dos setores menos produtivos para aqueles que são mais produtivos”. (Lopes & Kararach, 2020)

Segundo Lin e Monga, “não há um país que já evoluiu de um status de baixa para alta renda sem transformando-se simultaneamente de uma economia agrária ou baseada em recursos, para uma economia que era baseada na indústria ou em serviços”. (Lin e Monga, 2012). Portanto, uma agricultura desenvolvida é aquela capaz, não só de corrigir a curva da balança comercial, mas sim, de gerar muitos empregos, mudar as realidades e valorizar as forças do trabalho local.

O processo de desenvolvimento social e demográfica, segundo salientam os autores Timmer e Akkus, “é aspectos-chave de mudanças que incluem a rápida urbanização por meio de áreas rurais-urbanas migração, o surgimento de polos produtivos no meio rural áreas e uma transição demográfica caracterizada por baixa fertilidade e mortalidade” (Timmer & Akkus, 2008; Timer, 2014).

Nesse sentido, segundo Carlos Lopes e outros autores,

a mudança estrutural pode levar várias formas e pode implicar uma transição demográfica, mudanças no trabalho participação (através da mudança de preferências sociais) e um espaço reorganização da população (através da migração rural-urbana)” (Lopes et al., 2017 Apud Lopes, 2021)

De acordo com Lopes (2020), a análise de transformação estrutural à noção Chenery fornece grande apoio de como as mudanças estruturais são necessárias para sustentar um aumento contínuo na renda e no bem-estar social. Para ele, “a acumulação de capital pode ser substituída por meio de ação deliberada do estado, destinada a aumentar a oferta de capital para empresas domésticas a fim de subscrever o que os investidores são relutantes em fornecer devido a fatores de risco presumidos”. (Lopes, 2020, p. 39)

3. DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL NA GUINÉ-BISSAU

O surgimento de Programa de Estabilização e Ajustamento Estrutural, e a elaboração de Planos de Desenvolvimento, posteriormente permitiram a adoção de novas medidas técnicas, estruturais e políticas para a criação e execução de vários programas que não tiveram

resultados positivos no país, por falta de quadros técnicos que pudessem implementar suas diretrizes e dar o melhor acompanhamento aos planos. E também pela incapacidade governativa da classe política, que instaura frequentemente um ciclo político muito instável para investir. Assim como as barreiras internas entre as economias rurais e urbanas e, entre a economia global e regional. Perante essa fragilidade, a produção nacional revelou-se desprovida de capacidades para atrair receitas públicas internas como externas para investimento e despesas correntes do Estado.

Desse modo, conforme o trabalho está direcionado, os grandes desafios da transformação estrutural na dinâmica política, econômica e estratégica na Guiné-Bissau tendem a ser: adoção de um modelo de desenvolvimento que obedeça seu contexto sócio-histórico e capaz de possibilitar soluções integradas; projetar o crescimento da economia e recuperar a confiança, credibilidade e previsibilidade no plano Regional e Internacional, também, a cooperação da Classe Política no sentido de criar estabilidade e um ambiente político que preza pelos princípios democráticos, sobre respeito às leis da República e às garantias constitucionais⁶.

3.1- Os Planos Estratégicos de Desenvolvimento na Guiné-Bissau

A história da economia guineense foi marcada por momentos que tem refletido atualmente na forma de conceber e fazer política. A invasão portuguesa⁷ a esse território viu-se, substancialmente, entre os acontecimentos que desestabilizou a cultura de produção dos povos nativos. O recorrente ritmo de problemas no cenário político da Guiné-Bissau parece estar relacionado claramente de transformações que ocorreram em todo contexto global, embora em alguns casos, sua conjuntura por dentro apresenta um gênero diferente e multifacetado no seu notável clivagens político e geográfico, onde as demandas econômicas, sociais, políticas e institucionais são usados por muito tempo para servir uma estrutura social privilegiada e os poderes subjacentes a ela.

De fato, havia inúmeras tentativas de transformar os problemas agravantes em diferentes momentos do setor público guineense em relação à política de desenvolvimento. Mas, eventualmente depara-se muito com questões de impasse no seio das instituições e da governação. Estas tentativas enquadrar-se em duas dimensões: uma da iniciativa interna que

⁶ As garantias constitucionais são princípios qualificados pelo seu conteúdo específico e limitam o poder, na defesa das disposições que formam o Direito reconhecido. O conjunto de garantias forma o sistema. (STJ - Supremo tribunal de Justiça brasileiro)

⁷ A Guiné-Bissau foi uma colônia de Portugal desde o século XV. Os primeiros navegadores portugueses estabeleceram contato com a Guiné-Bissau entre 1446-1447.

compreende (todo um conjunto de projetos e programas estratégicos desenhada no âmbito nacional), para desenvolvimento do país e, numa outra, dimensão externa (refere-se às políticas internacionais e regionais, cooperação para desenvolvimento, ajuda externa e outros organismos doadores), cuja finalidade é facilitar nas condições técnicas, políticas, organizacionais e financeiras para melhorar as barreiras estruturais.

3.1-1 O Programa de Estabilização e Ajustamento Estrutural

No âmbito internacional, é muito comum falar do Programa de Estabilização e Ajustamento Estrutural criado nos anos 80 pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, com propósito de corrigir as falhas macroeconômicas de inúmeras economias do mundo, sobretudo as de boa parte dos países Africanos e da América Latina. Contudo fracassou tendo em conta as realidades encontradas.

Estes dois programas (estabilização e ajustamento estrutural), no vertente da política guineense, segundo Sangreman, de acordo com o Doc. Confidencial N°6361 – GUB do Banco Mundial e reuniões em Bissau com a delegação técnica da mesma instituição definia essa proposta com uma " estratégia de desenvolvimento baseada em três componentes essenciais":

(i) alterava o papel do Estado, aumentando o da iniciativa privada, considerada o motor do desenvolvimento e confinando o sector público ao fornecimento de infra-estruturas básicas de apoio à produção e às exportações. (ii) procurava orientar a produção agrícola para produtos que fossem exportáveis, em prioridade sobre aqueles destinados só ao mercado interno, consoante as vantagens comparativas do país. (iii) definia uma estratégia financeira para mobilizar os recursos externos necessários à estabilização e ao crescimento. (Sangreman, 2016, p.16).

De acordo com Cardoso (1995), em termos estritamente económicos esta nova estratégia global de desenvolvimento dividia-se em três fases distintas: estabilização económico-financeira; reequilíbrio da economia e desenvolvimento económico autónomo. Para o mesmo autor, o fracasso na aplicação do programa de Estabilização Económica e Financeira levou à adoção de Programa de ajustamento estrutural como salvação da crise de economias. No entanto, segundo o autor, na sua primeira fase, “os objetivos principais deste Programa consistiam em corrigir os desequilíbrios financeiros e em superar os obstáculos estruturais ao crescimento”. (Cardoso, 1995, p.26)

Nessa perspectiva, Oppenheimer e Carvalho (1998), desenvolveram um estudo que analisa de maneira sucinta, como foi que surgiu tal iniciativa por parte do FMI e BM nos finais dos anos 70, quando a maioria dos países africanos se tornaram independentes da opressão colonial e em busca de um modelo político de desenvolvimento ideal para cada

contexto. Para os autores a necessidade de aderir às políticas inerentes aos Programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural surgiu na crise que os países africanos atravessaram a partir dos anos 1970, “quando um número crescente de economias experimentaram desequilíbrios macroeconómicos persistentes e crescentemente insustentáveis”. (Oppenheimer & Carvalho, 1998, p.04).

O momento crítico de várias economias mundial, sobretudo as africanas, defrontaram com problemas estruturalista do setor agrário que se via estagnado por razões de conflito político interno, nível desajustado na balança comercial, alta taxa de dívidas públicas, uma dependência excessiva de ajuda externa que vem pressionar constantemente o déficit público, levou afogamento de economias e aderência às políticas de FMI e BM.

Sobre o mesmo assunto, Oppenheimer e Carvalho afirmam que

Esta situação levou os governos a recorrerem aos líderes *of last resort* de Washington, as instituições-irmãs emanadas de Bretton Woods, o FMI e o Banco Mundial. Ao longo da década de 80, na sequência do que acontecia noutros contextos, designadamente no latino-americano, a quase totalidade dos países africanos vai assinar acordos com estas instituições, passando a «estabilização e ajustamento estrutural» a constituir a «sabedoria convencional» das políticas de crescimento e desenvolvimento. (Oppenheimer & Carvalho, 1998, p. 03)

O contexto sociopolítico e económico passado, na visão de Samuel Huntington (1991), citado por autores acima, descreve que a situação africana ainda era descrita como sendo dominada por «ditaduras pessoais, regimes militares, sistemas de partido Único, ou alguma combinação dos três» (Huntington, 1991 apud Oppenheimer & Carvalho, 1998, p. 03), sendo por isso, que, a boa parte de economia desses países adotaram o programas das instituições de Bretton Woods⁸, Banco Mundial e o FMI.

Embora sejam políticas desenvolvidas quase simultaneamente, a estabilização e ajustamento estrutural distinguem-se em seguintes questões: na Estabilização implicavam que “os objetivos da governação prosseguisse com políticas orçamentais e cambiais de controlo da despesa do Governo, incluindo os salários, as admissões dos funcionários públicos e a desvalorização da moeda nacional”(Sangreman, 2016, p.13); enquanto que no Ajustamento Estrutural procurava concentrar-se na estrutura produtiva, advogando uma estratégia de privatização, desregulamentação e liberalização do comércio, através da qual fosse potenciado o papel regulador do mercado em detrimento do intervencionismo estatal. (Oppenheimer & Carvalho, 1998, p. 06)

⁸ Trata-se de um fundo internacional que empresta dinheiro a governos mergulhados em crise económica ou incapazes de pagar a própria dívida externa – em troca, exige certas reformas para evitar que o problema se repita (Vaiano, 2022)

3.1-2 Os Planos de Desenvolvimento da Iniciativa Nacional

Após o primeiro congresso do PAIGC em Fevereiro de 1964⁹, foram elaboradas as diretrizes e linhas de orientações de políticas econômicas, que logo depois serviu-se de modelo para o primeiro plano Nacional de desenvolvimento do país em 1986. Que, para Sangreman, pretendia uma "Reconstrução Nacional" com prioridade para a agricultura, infraestruturas e pequena indústria, educação e saúde. (Sangreman, 2016, p.09).

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento assim, pregava o fim da “exploração do homem pelo homem” e construção de uma identidade política local, que fosse capaz de reformar e organizar as estruturas coloniais e garantir o seu funcionamento.

Outros exemplos semelhantes de políticas elaboradas durante quase três últimas décadas e o período da sua implementação são: “Documento Quadro de política económica e financeira a médio prazo (1994 – 1997), substituído pelo Documento de Estratégia Nacional de Apoio à Redução da Pobreza” - DENARP; “Guiné – Bissau 2025 Djitu Tem; O Programa de Investimento Público 1995-1997, Terra Ranka, 2015; Mon na lama, 2016; Programa de Apoio às Capacidades de Boa Governação e o Programa de Desmobilização, Reintegração e Reinserção de ex-Combatentes - PDRRI, de 1998-1999 e os sucessivos programas de governo apresentados em cada legislatura, na Assembleia Nacional Popular - ANP guineense.

Desde então se viu um grande esforço da sociedade política guineense a engajar-se fortemente em buscar mecanismos para transformar a sua realidade em todas as vertentes. Entre os quais, a dinâmica parlamentar, embora fraca, tem tentado apresentar através de Programa de Governos e Orçamento Geral do Estado¹⁰, como, ao longo de quatro anos pretende desenvolver e executar políticas para eliminar os problemas da sociedade guineense.

Paralelamente a este fato, é o exemplo o Programa Terra Ranka, que foi apresentado aos guineenses durante a campanha eleitoral de 2014 pelo então primeiro-ministro Eng. Domingos Simões Pereira, votado e aprovado pela ANP. Aliás, este mesmo programa foi apresentado e financiado na mesa redonda de doadores em Bruxelas, pelo governo guineense.

Mas bem antes, depois da independência em 1973, na altura do estado binacional Guiné e Cabo-Verde, o então Presidente Luís Cabral¹¹ iniciou processo de industrialização que trouxe muitos projetos de montagem e fábricas para transformar produtos agrícolas locais e exportar para o estrangeiro. Esta experiência de um plano industrial na Guiné-Bissau

⁹ O primeiro congresso do partido PAIGC ocorreu na região libertada de Cassacá, em fevereiro de 1964

¹⁰ Documento que prevê despesas e receitas do governo guineense para período que for aprovado na Assembleia Nacional Popular - ANP; Conjuntos de projetos e diretrizes para implementar programas de governação da maioria parlamentar de última eleições legislativas

¹¹ Foi o primeiro presidente da República da Guiné-Bissau

aconteceu nos primeiros dois anos após a independência. Entretanto, a indústria participava com uma média de apenas 0,5% no produto interno bruto (PIB) da Guiné-Bissau. (Sucuma, 2012).

Para Sucuma, o governo de Luís Cabral, para propiciar a melhoria no âmbito econômico do país, iniciou em 1974 o processo de industrialização, onde conseguiu trazer para o país pequenas indústrias de base tais como:

Estrela do mar; Montagem de Automóveis; Complexo Agroindustrial de Cumeré (CAIC); Unidade de Montagem de Veículos (NHAI); Leite Blufo (Unidade de produção de leite pasteurizado, proveniente da reconstituição do leite em pó com o óleo da buteroil); Volvo – Garagem (Não é uma indústria, mas sim uma unidade de manutenção de veículos da marca Volvo); Plástico (Uma unidade de produção de produtos de plástico); Titina Silá (Uma unidade de produção de sumos e polpa ou compotas de fruta de caju); Espuma (Uma unidade de produção de colchões de espuma); Socotram (unidade de corte e processamento de madeira); Cerâmica de Bafatá (Unidade industrial para a produção de telhas, blocos de cerâmica e outros); Guimetal (Uma unidade de metalúrgica ou metalomecânica); Folbi (Uma unidade de produção de contraplacados de madeira) e outras. Este período de industrialização datado entre 1974 a 1987, infelizmente durou pouco. (Sucuma, 2012, p. 07)

Infelizmente esta experiência não durou muito tempo. Além de conflitos de 14 de outubro de 1980, também o país estava desprovido de quadros técnicos na administração pública. Segundo aponta Sucuma (2012), a boa parte dos técnicos na época eram ex-funcionários do regime colonial, que por motivo da pressão política vigente na altura acabaram por pedir suas exonerações para exigir seus direitos junto às autoridades portuguesas na qualidade de servidores da antiga colônia.

No período da dominação portuguesa, os povos nativos foram submetidos à exploração das suas forças de trabalho para fortalecimento do comércio exterior em nome do reino de Portugal, devido à sua situação geográfica e clima. O período colonial na Guiné, segundo Alberto (1988, p. 08), foi fundamentalmente um entreposto comercial. Com efeito, a sua situação privilegiada na África Ocidental, com acesso directo ao mar associada à produção de frutos tropicais e à exploração dos recursos naturais, favoreciam a atividade comercial. Portanto, os então governadores procuraram obrigar as populações a cultivar produtos que fossem comercializáveis externamente por Portugal, diversificando a produção e criando uma dúzia de estações agrícolas experimentais, as granjas.

Desse modo, Sangreman (2016) aponta que:

Os objetivos prioritários dessa política económica e social eram: - acelerar a taxa de crescimento do produto por pessoa; - aproveitar os recursos naturais existentes com a introdução de novas técnicas de exploração; - expandir as atividades do sector agrícola (incluindo a silvicultura, pesca e pecuária) e do sector industrial; - procurar melhorar o saldo da Balança Comercial pela maior diversificação e aumento do valor acrescentado dos produtos exportados e substituição de importações por produção

local; - aumentar a qualificação e produtividade da mão-de-obra pela melhoria da escolaridade e melhoria das condições higiênicas e sanitárias da população. (Sangreman, 2016)

De acordo com Cardoso (1995), após a conquista da independência política em 1974 a Guiné-Bissau optou por um modelo de desenvolvimento profundamente inspirado no modelo socialista. A escolha do modelo socialista foi motivada pelas ajudas recebidas da antiga União Soviética, visando a proteção e preservar os “aliados naturais” e o fracasso do modelo de desenvolvimento de tipo liberal. Este modelo planejado da economia não conseguiu adaptar a situação socioeconômica vigente no país, numa altura após a independência, o país estava descapitalizado em termos de recursos humanos. Existiam enormes dificuldades de consolidar as estruturas coloniais e o modelo de administração.

O fracasso das primeiras políticas econômicas adotadas pelo estado guineense inviabilizou o progresso de produção de alimentos, aumentou êxodo rural, alta dependência externa principalmente nos produtos básicos da primeira necessidade. E mergulhou o país numa profunda crise econômica. O declínio da produção de arroz em especial, caiu drasticamente e o país virou mercado consumidor.

Como aponta o Alberto, o êxodo rural refletiu-se intensamente na economia Guineense; com a redução da área cultivada (a cerca de 1/4) a autossuficiência alimentar perde-se, começando a ser necessário o recurso à importação de bens alimentares. (Alberto, 1988, p. 08). Entretanto, este fato também atingiu muito a balança comercial. Houve um grande desequilíbrio por parte do mercado interno na produção alimentar.

Salienta-se ainda, que além das “consequências económicas, o êxodo rural teve também consequências sociais graves: A cidade de Bissau não tinha infra-estruturas capazes de suportar o crescente fluxo populacional, o que determinou a proliferação de buracos periféricos de habitação degradada”. (Alberto, 1988)

Segundo Cassola (1988), citado por Alberto (1988) em 1970 haviam 105 empresas industriais recenseadas, que se distribuíam da seguinte maneira pelos diversos ramos de actividade económica: 62 empresas agro-industriais; 19 indústrias de madeiras; 11 indústrias de reparação de material de transporte; 8 oficinas de reparação - e armazenamento; 3 tipografias; 1. fábrica de sabão e 1 fábrica de camisas.

Para Cardoso, parte considerável dos recursos externos foi utilizada na modernização de equipamentos, que não foi acompanhada, ao mesmo tempo, pela evolução da capacidade da sua utilização produtiva, da sua gestão e da sua manutenção. (Cardoso, 1995, p. 03)

Entretanto, Cardoso destaca que,

apesar de uma tentativa de seguir uma estratégia de desenvolvimento previamente delineada, pode-se dizer que o pós guerra foi um período longo de acções pontuais, na medida em que por causa da situação herdada da época colonial e por se ter pensado que era necessário "recuperar" o atraso em relação aos países industrializados, tudo tornou-se prioritário. (Cardoso, 1995, p. 03)

Segundo Cardoso (1995), nos anos setenta o Banco Mundial tinha constatado a dramática situação que prevalecia em África, nomeadamente no que diz respeito à produção de alimentos. Na sequência, “verificou-se uma acentuada lentidão do crescimento económico global, e uma mediocridade da produção agrícola conjugada com o rápido crescimento demográfico”. (Cardoso, 1995, p. 03).

Nessa altura, de acordo com Deolinda Alberto (1988), a principal atividade econômica era a agricultura, seguida da exploração florestal e da pesca, nas zonas litorais. Como pólo comercial portuguesa, os principais produtos vindos dessa produção eram canalizados para Portugal. O território que hoje se chama Guiné Bissau servia para o reino de Portugal de uma fonte de matéria prima e para exploração de recursos naturais. Segundo o autor, “se a indústria era incipiente, contribuindo com apenas 2,9% para o PIB em 1963, a atividade comercial era vital para o abastecimento de Bissau em produtos alimentares e das zonas rurais em produtos manufacturados”(Alberto, 1988, p 08). Mesmo no período colonial, o país era desprovido de grandes indústrias com tecnologias muito mais avançadas, “a atividade industrial era incipientes e controlada pelos colonos. Na sua maioria os estabelecimentos industriais eram pequenas empresas de trabalho intensivo, concentradas junto à capital”. (Alberto, 1988).

Em comparação com que tenha acontecido em outros países, Cardoso aponta que “no domínio social o Programa tem contribuído essencialmente para aumentar as desigualdades sociais que já existiam antes da sua implementação, mas que se agravaram e se consolidaram com as medidas de liberalização”. (Cardoso, 1995, p 03).

De acordo com Sangreman (2016), a história econômica guineense compreende-se em dois grandes períodos: No primeiro momento, criou-se estratégia de desenvolvimento assente em três pontos: a) construção de grandes unidades agro-industriais de processamento de óleo de palma, descasque de arroz, tratamento de algodão e fabrico de álcool e açúcar de cana, com instalações industriais no Ilhéu do Rei de descasque de arroz e mancarra e estaleiro naval, bem como 36 “casas de comércio” em todo o país; b) grandes plantações de borracha e árvores de fruto; c) plantações médias para produção de arroz e caju. (O cajueiro já existia no país, mas é Sarmiento Rodrigues¹² que ordena a constituição de plantações em Bolama e

¹² Foi um almirante da Marinha de Guerra Portuguesa, administrador colonial na Guiné-Bissau

Quinhamel neste período). No segundo momento referiu, entre 1965 a 1973, quando Picado Horta, priorizou a integração dos sectores tradicional/rural e moderno/urbano, para facilitar polos de desenvolvimento agro-industriais, agrícolas e industriais.

3.2- A Instabilidade Político Institucional e seu efeito no Sistema Econômico guineense

A crise de instituições de Estado guineense e sua Democracia tem revelado ao longo de três últimos dez anos, a incapacidade que os governantes geram recorrentemente para criar um ambiente propício de negócio, de investimento e, conseqüentemente, um ciclo governativo viável para implementação de programas de desenvolvimento que garanta: paz, segurança social e estabilidade para o mercado de trabalho e de bens e serviços.

Nesse aspecto, Djau (2019), aponta que a instabilidade na Guiné-Bissau, tanto política quanto econômica, caminham juntos. À medida em que a política é atingida pelas crises institucionais, a economia segue uma direção desequilibrada, tendo em conta a desregularização dos conflitos internos, dos atores políticos e, que outrora envolve os militares e a segurança pública, na manutenção de estruturas do Estado de acordo com legislação interna, atendendo as demandas sociais, educativas, econômicas, culturais, etc.

Inobstante, é muito evidente que a instabilidade político institucional afeta e enfraquece drasticamente o sistema econômico guineense, por tratar-se de principais razões para inviabilizar as dinâmicas do setor público e privado em relação a produtividade. Estes fenômenos surgem frequentemente porque a classe política guineense não se encontra delineada nos princípios legais e garantias constitucionais que faz firmar a legitimidade e a legalidade dos poderes constituintes do Estado e seu normal funcionamento.

Por isso, os eventuais desrespeitos à Carta Magna - Constituição da República e de separação dos poderes (legislativo, executivo e judiciário), torna hostil as relações entre os mesmos, por um motivar-se a usurpar as competências e as atribuições de outro, ou dos demais. Nesse sentido, a violação dos princípios da Constituição reflete um quadro tenso dos problemas que atropelam o sistema econômico guineense e mergulha a governação numa profunda crise e instabilidade. Dessa forma, a Democracia guineense distancia-se lentamente do papel que poderia desempenhar no setor da economia, para efetivamente garantir estabilidade de que o país precisa.

3.3- Implicações da Integração Econômica Regional e Globalização no ciclo econômico guineense

Para Nunes (2005), a economia da Guiné-Bissau é dividida em três grandes setores: agricultura, pesca e produção de madeira. A agricultura das famílias guineenses serve, em grande parte, para subsistência. Pois devido à ausência das tecnologias modernas e outros fatores de produção como capital (humanos e financeiros), máquinas e tratores para práticas agrícolas mais avançadas, o setor enfrenta desafios de transformação de sua escala produtiva. As famílias guineenses dependem essencialmente do campo. A agricultura nesse sentido, constitui o maior setor produtivo que dá suporte para a economia, renda e consumo populacional. A agricultura guineense caracteriza-se por um mercado informal, a produção de mercadorias ou commodities¹³ são provenientes de uma mão-de-obra informal e dum trabalho braçal. Além dos três setores principais, também existem outros setores que contribuem para o crescimento econômico do país. O exemplo de turismo, cultura, exploração de minerais, extrativismo artesanal etc., são outros setores, embora com fracos investimentos para promover o desenvolvimento local com políticas voltadas à produtividade, à capacitação diversificada, para agregação de valores sócio econômico nas atividades agrícolas.

Com esse propósito, as economias de países na necessidade de aberturas dos novos mercados fronteiriços, estabelecem acordos e formam blocos econômicos regionais, bilaterais e internacionais. Por que, “a globalização econômica no âmbito da concorrência de mercado é muito importante para o desenvolvimento de qualquer país inserido no capitalismo ou na concorrência de mercado”. (Sucuma, 2017, p.12)

Na perspectiva de Nunes (2005), este processo desdobra-se por duas formas: a integração regional e a globalização da economia. “A integração por remeter à tendência de surgimento de espaços de relações privilegiadas entre países e a globalização, por referir-se, de um modo geral, ao aprofundamento dos processos económicos a nível internacional”. (Nunes, 2005).

Nesse aspecto, Sucuma salienta que

(...) para fazer face ao desafio da concorrência de mercado, a Guiné-Bissau precisa optar pela reforma tributária. A reforma tributária exige que o governo adote medidas protecionistas de mercado a favor dos operadores económicos nacionais (pequenos, médios e grandes empresas). As medidas irão permitir que vários operadores económicos deixassem o comércio informal, migrando por um comércio formal, permitindo que os mesmos possam estar fortalecidos para enfrentar uma concorrência de mercado, seja a nível interna como externa. (Sucuma, 2017, p.13)

As convenções de Estados para integração econômica, tanto regional quanto global, atualmente fazem-se por razões de enfrentamento de múltiplas barreiras, limitações e desafios

¹³ Um termo utilizado na economia para designar os produtos que funcionam como matéria-prima e que são exportados em grande escala.

em termos de troca. Os problemas como as falhas do mercado, déficit no balanço de pagamento, inflação, debilidade de políticas monetárias e cambial, recessão econômica e pleno emprego, acentua as dinâmicas dos países em relação à formação de espaços estratégicos comuns para suas políticas econômicas. Por exemplo, UEMOA - União Económica e Monetária do Oeste Africano, um bloco econômico oeste africano onde a Guiné-Bissau faz parte. Entretanto, essa entrada no bloco econômico externo e regional foi induzida por liberalismo econômico, ideia de minar a intervenção direta do Estado na atividade econômica e a depreciação da moeda local como forma de intermediar o mercado local e regional no que diz respeito à troca com a mesma moeda. Portanto, a fragilidade da sua política econômica, monetária e cambial com a antiga moeda - peso, levou a aderência de Guiné-Bissau na UEMOA.

De acordo com Nunes (2005), o processo da integração e regionalização económica da Guiné-Bissau alterou profundamente o seu sistema económico conduzindo-o assim às políticas económicas necessárias a essa zona de integração regional, tais como:

- A adopção de uma moeda comum, o franco CFA, emitido pelo Banco Central de Estados de África Ocidental - BCEAO com sede em Dakar, Senegal.
- A desmonetização do peso guineense e a transformação do Banco Central da Guiné-Bissau na Agência Nacional de BCEAO.
- A criação de um mercado comum com livre circulação de pessoas e bens, serviços e fatores de produção (capitais e mão-de-obra). Decide-se, ainda, a coordenação de políticas macroeconómicas, devendo todos os países-membros seguir os mesmos parâmetros para fixar taxas de juros e de câmbio e para definir políticas fiscais.
- Harmonização do quadro legal e regulamentar, de modo a viabilizar o mercado único
- A coordenação das políticas sectoriais. (Nunes, 2005, p. 97)

Enquanto um processo que visa a transformação de estruturas econômicas e integração dos estados, a globalização e integração econômica regional se abrem quando as barreiras tarifárias, o fluxo de capital e circulação de pessoas, bens e serviços internacionais é admitido para ambos os países num acordo. Nos últimos anos “a economia mundial tomou-se mais integrada e globalizada. Os fluxos internacionais de comércio, de capitais, de tecnologias, informação, mobilidade das pessoas, serviços e bens têm vindo a aumentar”. (Nunes, 2005)

Nunes foi esclarecedor sobre as vantagens e desvantagens desse assunto, quando afirma que:

“[...]a globalização e a integração são dois fenómenos políticos, socioeconómicos interligados, que têm trazido muitas vantagens e oferecem muitas oportunidades tanto para os países em desenvolvimento como para os países desenvolvidos, mas que acarretam, também, muitas dificuldades e desigualdades económicas e sociais. Tem vindo a aumentar o número das pessoas com acesso aos novos produtos, melhorando assim a qualidade de vida devido à diversidade de opções do consumidor. Mas, por um lado, convém não esquecer as injustiças, as clivagens, distorções, desemprego e

exclusão social. Há oportunidades para uns e ameaça para outros”(Nunes, 2005, p.100)

Para Cardoso (1995) a liberalização política com o Programa de Ajustamento Estrutural causou no país, dois problemas: a formação da nova burguesia e o afogamento de modelo planificado de economia. Por isso, nos anos 80, a Guiné-Bissau como maioria dos países africano, aderiram ao mercantilismo, devido a imposição do programa de ajustamento estrutural para combater o déficit público e as falhas do mercado.

Com efeito, segundo salienta o autor, a liberalização da vida política deve-se portanto, os seguintes fenômenos contraditórios:

1) Ao mesmo tempo que se consolidava a pequena burguesia, verificava-se um estreitamento do espaço político tanto dos novos ricos como das camadas mais desfavorecidas e empobrecidas pelos efeitos do Programa, que também procuram um espaço de actuação onde possam reivindicar os seus direitos; ou seja, o estreitamento dos espaços de actuação revela-se directamente proporcional ao crescimento de cada uma destas camadas. 2) O estrangulamento das instituições herdadas do antigo sistema de economia planificada. (Cardoso, 1995)

Dessa maneira, a inflação afeta de uma maneira drástica a população guineense, historicamente. Por constatar-se, a ausência do Estado em corrigir o plano real da economia, para equilibrar a balança comercial e o poder aquisitivo das famílias, tanto quanto a falta de política de incentivo fiscal e de seguro desemprego. Todavia o setor empresarial tem contribuído muito para o funcionamento do mercado trabalho, mediante surgimento de empresas e organismo públicos e privados atuante em diferentes áreas com um propósito não só empresarial, mas também social e econômico.

4. METODOLOGIA

A partir da composição metodológica, quanto: à finalidade, ao objetivo, a métodos, ao procedimento técnico e abordagem, Nova (2020), no presente trabalho adotou-se pesquisa básica puro, qualitativa bibliográfica, descritiva e hipotético dedutivo.

Para realização desta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, tendo em conta as características de problemas nela levantadas e com base na leitura dos materiais consultados, no sentido de facilitar na busca e compreensão de alguns fenômenos económicos no toca a transformação estrutural, para tirar conclusões claras sobre os problemas em análises e entender os contextos e os significados envolvidos na temática pesquisada (Nova, et al. 2020, p. 82); a pesquisa assim apresenta, uma natureza básica, tipo descritiva, a abordagem qualitativa e com procedimento técnico, pesquisa bibliográfica.

De acordo com Amaral, a pesquisa bibliográfica tem um valor fundamental em toda etapa de todo trabalho científico, porque influenciará “todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. E, consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa”. (Amaral, 2007, p. 1).

No trabalho, vai ser realizada pesquisa bibliográfica a partir dos livros, dissertações, artigos e teses disponíveis, que está ligado ao assunto da transformação estrutural e a problematização desta pesquisa. A utilização de pesquisa bibliográfica no primeiro momento, facilitará na recolha dos materiais e acervos que abordam esta temática.

Depois, pretende-se com os materiais elaborar e ampliar a discussão a partir de um olhar teórico conceitual da matéria de desenvolvimento econômico com a transformação estrutural. Entretanto, a pesquisa será voltada à análise do tema na perspectiva da economia guineense, dialogando nesse sentido com a concepção das mudanças políticas, estruturais, da produção agrícolas e/ou revoluções tecnológicas, em relação aos programas e planos estratégicos de desenvolvimento de grandes economias.

Por trata-se de um tema muito amplo e debatido a nível interno como externo, e especialmente nos países em desenvolvimento, este texto, quanto ao objetivo, pretende-se utilizar a pesquisa descritiva como método que vai permitir através da escrita, organizar e detalhar as informações concretas recolhidas por meio de uma análise valorativa do assunto e diferentes perspectivas teóricas utilizadas para debater a política dos Estados modernos e as experiências de mudanças estruturais de grandes economias. Recorreu-se a essa abordagem para melhor caracterizar objetivamente os fatos econômicos e conhecer o processo estratégico que faz presente nas decisões políticas dos Estados no que tange às mudanças e reformas estruturais.

Espera-se com a pesquisa, enriquecer o conhecimento teórico científico, contribuindo para compreensão do tema como a área estudada, visando assim aperfeiçoar com ela, a forma como os planos de desenvolvimento dos Estados se relacionam com os demais setores da economia e da sociedade, especificamente em caso guineense.

Guiné-Bissau que é o foco do nosso estudo, precisa de comprometimento político de Estado e da classe política no direcionamento de prioridades que deva obedecer, segundo Lopes e Kararach, a “realocação de atividades econômicas dos setores menos produtivos para aqueles que são mais produtivos”; O que para Kuznets tem a ver com o aumento da industrialização e modernização da produção agrícola para gerar rendimentos e empregos e na perspectiva do Timmer (1986), este processo se dá pelas migrações das áreas rurais para

zonas urbanas que estimula o processo de urbanização, pela expansão da indústria moderna e economia de serviços, devendo assim ser acompanhados de altas tecnologias modernas como defende Stiglitz.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nas principais seções que compõem o trabalho: (debates conceituais da transformação estrutural e desafios da transformação estrutural na Guiné-Bissau), percebeu-se em análise do cenário macroeconômico do país, a existência de um clima político extremamente abalado e frágil, com as instituições historicamente débeis, regime político sempre conturbado e políticas de desenvolvimento inconvenientes aos problemáticas locais e aspirações da população. Razão pela qual, na primeira parte deste texto encontra-se diferentes conceitos, leituras e recomendações sobre a transformação estrutural, e como ela pode possibilitar adoção de medidas proativas para alavancar a produtividade.

Para tanto, outra parte deste trabalho mostra na conjuntura política guineense, como destaca Sangreman (2016), a situação de falta de quadros técnico e profissionais qualificados na administração pública, uma cultura política desequilibrada por crise profunda entre os atores políticos e as instituições governativas, tanto quanto desigualdade de renda provocadas pelas acentuadas diferenças de cadeias de valores na produção agrícolas e serviços entre as economias rurais e urbanas. Posto isto, no presente trabalho assevera-se a necessidade de propor uma maneira mais concreta e efetiva de viabilizar o desenvolvimento, por meio de planejamento com instrumentos técnicos acessíveis, de acordo com conceitos e estratégias mensurados nas literaturas sobre transformação estrutural, para alocar os recursos que permitam deslocar a economia de baixa para alta produtividade.

As políticas de desenvolvimento na Guiné-Bissau, por razões de impasse no ciclo político e a situação de grandes atrasos de quase todo setor de atividade: agricultura, serviços, educação, saúde, etc. são caracterizadas de improdutivas. Conforme bibliografias, consultadas conseguiu-se descobrir que a relação entre a crise política e desenvolvimento no país tem vindo a alterar de uma maneira profunda o engajamento recorrente da comunidade internacional e dinâmica política local no que diz respeito às pautas protocoladas e acordos políticos efetuados no quadro de garantia da paz e estabilidade governativa.

Por isso, a partir da produção de Carlos Lopes e Kararach (2021), Stiglitz (2002) e textos dos outros autores como Kuznets (1973) e Timmer (1986), citados nos referencias teóricos sobre o tema desta pesquisa - a transformação estrutural, assegura-se que o desenvolvimento econômico em qualquer economia no planeta, englobando nesse sentido a

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forte dependência externa da economia guineense e consequente queda no ritmo de produção em sua balança comercial decorre da própria ausência do Estado em criar políticas públicas essenciais para o seu crescimento. Assim, no tocante a situação de sucessivos impasses que atrapalha a governabilidade e estabilidade econômica e política, a transformação estrutural torna-se mais evidente caminho de reformas necessárias para impossibilitar através de políticas consistentes dos governantes guineense, o alto grau de déficit público e de ajudas externas, com a criação de novas indústrias ou reativação de outras paradas pelas crises políticas e governativas, com objetivo de combater os problemas como desemprego, a pobreza extrema, desigualdade social e baixo índices da renda populacional, abastecimento do mercado interno com produtos básicos da primeira necessidade e, sobretudo, desacelerar o nível de importação para equilibrar a balança comercial, e constituir uma alavanca indispensável para seu contexto de desenvolvimento.

Diante disso, objetivou-se analisar os desafios da conjuntura macroeconômica da Guiné-Bissau com base nos princípios de desenvolvimento econômico da Transformação Estrutural. Entretanto, o desenvolvimento do trabalho permitiu conhecer bases teóricas do tema - transformação estrutural - e relacioná-lo com perguntas levantadas como problemas de pesquisa. Portanto, nesse sentido não basta haver na Guiné-Bissau discursos isolados de responsabilidades governativas, é necessário um engajamento político com uso de instrumentos modernos de produção para promover o bem-estar social e econômico, integradas nas zonas urbanas e rurais. Nisso considera-se que a partir de objetivo e problematização, que a pesquisa revela em decorrência de análise das bibliografias utilizadas uma consequência que positiva uso de políticas proativas, pensadas dentro da esfera de desafios da economia guineense, desde a utilização de tecnologias modernas (com mais valor agregado) de produção e a potencialização de setor de agricultura e serviços. Portanto, espera-se do estado guineense a viabilização desse agravamento com criação de políticas de microcrédito - contextualizado às realidades demográficas - para as famílias, as comunidades tradicionais e pequenos empreendedores no sentido de dar atenção aos investimentos no longo prazo com políticas consistentes para população em situação de vulnerabilidade econômica e social. E inclusão desses no plano real da economia.

Com sérios investimentos, a Guiné-Bissau pode voltar a credibilizar o mercado interno, embora o estado tenha um déficit considerável na sua balança. Inobstante, é preciso reconhecer que existem falhanços dos modelos adotados pelo estado guineense para agregar

valor, se a boa parte da produção local são provenientes de uma mão de obra informal ao mercado de bens e serviços. Conquanto, a viabilidade desse agravamento com criação de uma política de microcrédito (contextualizado às realidades demográficas) às famílias, às comunidades tradicionais e pequenos empreendedores, permitirá aumentar a renda real e o crescimento do produto interno bruto - PIB. Para isso, é necessário queda de paradigmas que a muito tempo estagnou o crescimento regular da economia, porque ainda que cresça, a realidade encontrada se diferencia muito do seu percentual por ano.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Deolinda. **Situação Económica da Guiné-Bissau: Alguns Problemas.** Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia, Centro de Estudos sobre África. Lisboa 1988, n.12.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica.** Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: 49535-Como-fazer-uma-pesquisa-bibliografica.html Acesso em: 02 julho de 2023.

BARBOSA, J. Dantas e BUARO, Mônica. **Micro e Pequenas Indústrias de Guiné-Bissau: Contribuição na Geração de Emprego.** VIEGEP, Recife/PE 14 a 16 de Abril de 2010.

BAUMOL, W. J. **Macroeconomics of Unbalanced Growth: The Anatomy of Urban Crisis,** Source. The American Economic Review, Jun., 1967, Vol. 57, No. 3 (Jun., 1967), pp. 415-426. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1812111>. Acesso em: 04. out. 2022.

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil: um parto difícil.** In: Lusotopie, nº2, 1995. Transitions libérales en Afrique lusophone. p. 259-282;

DUARTE, A. E. Souza e FERREIRA, Mariana Fialho. **Compreendendo a transformação estrutural: uma análise empírica de seus determinantes e efeitos sobre a produtividade.** Universidade de Uberlândia. Economia e Ensaios, 37, n.01 217-244. Uberlândia, an./jun. 2022.

DJAU, M. Alfa. **A Guiné-Bissau Em Face Do Processo De Integração Económica E Monetária Na África Ocidental: Contemplando A Integração Regional Como Instrumento De Promoção Do Desenvolvimento.** UFSC, Florianópolis, 2019. 564 p.

KUZNETS, S. **Economic Growth and Income Inequality.** American Economic Review. 1973, 49(i), 1-28

LIN, J. **The Quest for Prosperity: How Developing Economies Can Take Off.** Princeton NJ: Princeton University Press, 2012

LEWIS, W. A. **Development with Unlimited Supplies of Labor.** The Manchester School, Manchester, maio de 1954.

LOPES, Carlos. **África em Transformação, Desenvolvimento Econômico na era da Dúvida**. Tinta-da-China, 1ª edição. março de 2020

LOPES, Carlos ; KARARACH, George. **Structural Change in Africa: misperceptions, new narratives and development in 21ST century**. The International Political Economy of New Regionalism Series. Routledge, 2020.

MONGA, C e LIN, J. **The Oxford Handbook of Africa and Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2015 Vol.2

NUNES, G. A. **Economia Guineense: globalização e integração**. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, Junho de 2005.

NOVA, S. P C. C. **Trabalhos de conclusão de curso (TCC) : uma abordagem leve, divertida e prática**. São Paulo: Saraiva Educação. 2020. 320 p.

SANGREMAN, Carlos. **A Política Económica e Social na Guiné-Bissau – 1974 – 2016**. Lisbon School of Economics & Management. Working Paper CEsA CSG 146 / 2016

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística. 3. ed. São Paulo: Editora Futura, 2002, p. 263.

TIMER, C. P. **The agriculture transformation**. Cambridge: Harvard Institute of International Development, Universidade de Harvard, 1986.